



O “LAUDO” E A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A ÓTICA PSICANALÍTICA

Andréia Alves de Castro¹, Eveline Borges Vilela Ribeiro²

¹UFG/REJ/ psi.andreiaalves@gmail.com

²UFG/REJ/ Eveline_vilela@yahoo.com.br

Resumo:

O presente trabalho versa sobre a relação do professor com os alunos que apresentam “laudo” psiquiátrico e/ou psicológico e tem como objetivo realizar uma análise argumentativa, baseada numa perspectiva psicanalítica, sobre o significado do “laudo” para os estudantes com deficiência e/ou transtorno e sua relação com o professor. O referencial teórico utilizado é a psicanálise para a qual o diagnóstico clínico inclui a subjetividade, enquanto os métodos baseados em classificações e descrições atuam pela via da exclusão da subjetividade das crianças. Esta é uma pesquisa qualitativa que consistiu na interpretação da realidade inclusiva sob uma ótica freudiana. Observou-se que o discurso médico atravessa a atuação dos professores podendo desqualificar e desinvestir sua relação com o aluno, assim o laudo apresentado por este gera fantasias e concepções inconscientes que podem repercutir na relação da dupla professor-aluno e no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Relação professor-aluno. Laudo.

Introdução

No Brasil, a Resolução do CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001) define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica e determina que as crianças com deficiência e/ou transtornos sejam matriculadas em salas de ensino regular, recebendo o apoio necessário para sua aprendizagem.

Semelhante a isso, a resolução número 7 do Conselho Estadual de Educação estabelece parâmetros para a educação inclusiva no estado de Goiás. No item VIII do artigo 15, reforça-se a necessidade de inclusão e da aprendizagem compartilhada nas salas de ensino regular, processo que deve ser apoiado por toda comunidade escolar, civil e também pelas famílias (BRASIL, 2006).

Sendo assim, essa temática foi pensada considerando a relação entre a inserção dos alunos com transtornos nas salas de aulas do ensino regular e as políticas de educação inclusiva. As propostas de universalização do ensino acarretaram um aumento da participação de crianças com deficiência e/ou transtorno nas classes de ensino regular. O censo escolar registrou um aumento de 1377% nas matrículas em classes do ensino regular entre os anos de 1998 a 2013 (BRASIL, 2014). Apesar disso, verifica-se a continuidade de um processo de exclusão das crianças que não apresentam as características de aprendizagem esperadas.

Nesse sentido, as políticas de inclusão preveem a inserção do profissional de apoio nas

classes de ensino regular como recurso fundamental à implementação de uma educação inclusiva. O mesmo deve atuar em sala de aula junto aos alunos com deficiência e/ou transtorno e que precisam de acompanhamento contínuo nas suas atividades. Além disso, o profissional de apoio deve trabalhar em conjunto com o professor, participando do planejamento e demais atividades desenvolvidas (BRASIL, 2006).

Corroborando com isso, a resolução do Conselho Estadual de Educação (BRASIL, 2006) também prevê a presença permanente do profissional de apoio na sala de aula sempre que a deficiência ou transtorno apresentado pelo aluno exigir esse acompanhamento, o que demonstra que a presença desse profissional é cada vez mais intensificada, gerando uma necessidade de compreensão dessa relação.

Nota-se que os dispositivos legais garantem a implementação das políticas nas instituições, no entanto não garantem o real funcionamento de uma escola inclusiva. A falta de preparo dos professores para lidar com a diversidade é um aspecto fundamental que dificulta a inclusão de crianças que apresentam alguma dificuldade escolar (PALHARES; BASTOS, 2017). Assim, esse trabalho tem como objetivo realizar uma análise argumentativa, baseada numa perspectiva psicanalítica, sobre o significado do “laudo” para os estudantes com deficiência e/ou transtorno e sua relação com o professor.

Método

Esse trabalho se constitui como uma parte inicial de uma pesquisa que está em andamento. É um trabalho de pesquisa qualitativa (PIMENTA, GHEDIN, FRANCO, 2015), que está centrado na percepção de que é necessário entender a realidade a partir de informações contidas no mundo, reinterpretando-a. Dessa maneira, o estudo consistiu na interpretação da realidade inclusiva sob uma ótica freudiana, focando principalmente na resignificação do conceito de laudo para estudantes com deficiência e/ou transtorno dentro da escola e o que o laudo pode representar para a relação entre os professores e alunos.

Assim, parte-se do conteúdo das obras de Freud (1914) e de psicanalistas atuais para embasar uma discussão sobre o assunto.

Resultados e Discussão

Com relação ao aspecto dos diagnósticos, que “laudam” as crianças no contexto escolar, a psicanálise se diferencia substancialmente das formas de classificação adotadas pela ciência moderna, pois o diagnóstico psicanalítico inclui a subjetividade enquanto os métodos

baseados em classificações e descrições atuam pela via da exclusão da subjetividade. Dessa forma, isto implicaria no apagamento do sujeito, o qual fica impedido de construir sua própria verdade, por meio do diagnóstico o sujeito fica alienado no discurso do Outro e destituído de seu próprio saber (MAESSO, 2014).

Diante disto, pode-se pensar que este discurso médico atravessa a atuação dos professores podendo desqualificar e desinvestir sua relação com o aluno. A relação professor-aluno se sustenta num investimento de ordem subjetiva que é feito pelo professor em direção ao aluno, e que se baseia nas fantasias destes profissionais (VOLTOLINI, 2011). Nesta perspectiva, o laudo apresentado pelo aluno gera fantasias e concepções inconscientes que podem repercutir na relação da dupla professor-aluno e no processo de ensino-aprendizagem.

Freud ressalta a importância desta relação e a influência que é exercida pelos professores – mais no nível inconsciente do que consciente – sobre os alunos, muito mais por sua personalidade do que pelas matérias que ensina. Segundo Freud esta dinâmica entre professor e aluno tem suas bases no desenvolvimento infantil na relação da criança com seus pais, sendo que os professores são as figuras substitutas que posteriormente vão herdar os sentimentos ambivalentes que os alunos lhes direcionam (FREUD, 1914).

Nota-se com isso a questão da presença da subjetividade também do professor, o qual não é apenas uma figura neutra neste processo de mediação do conhecimento, embora muitas vezes lhe seja reservado este lugar (VOLTOLINI, 2011). O professor não deve ser visto como um técnico, mas como sujeito implicado no processo educativo (PALHARES; BASTOS, 2017).

Com base nesta perspectiva pode-se reconhecer que o inconsciente introduz na relação professor-aluno uma impossibilidade de controle de todas as formas idealizadas de uma boa educação, fazendo desta um processo de transmissão inconsciente e não apenas de ensino que é a intenção consciente do professor (VOLTOLINI, 2011).

Ainda que o ensino aconteça pela ação deliberada do professor de transmitir os conteúdos, a aprendizagem da criança não se dá apenas neste campo, mas é um processo ativo que depende de um campo que se estabelece entre professor e aluno, o qual é atravessado pelo inconsciente (VOLTOLINI, 2011).

Considerações finais

A ressignificação do laudo no contexto escolar é importante para a não dessubjetivação dos estudantes, no sentido de que cada estudante é um sujeito singular e deve ser compreendido

a partir de suas próprias demandas, e não apenas dos diagnósticos médicos e/ou psicológicos que o descreve e classifica. Nesse sentido, essa análise servirá como subsídio teórico para as pesquisas futuras dentro desse programa de pesquisa. Escrever as conclusões com possíveis sugestões de trabalhos futuros.

Referências

BRASIL. Conselho Estadual de Educação de Goiás. Conselho Pleno. Resolução CEE 07/2006. **Normas e parâmetros para a educação inclusiva e educação especial no sistema educativo de Goiás**. Goiânia: CEE, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2014.

FREUD, S. (1913-1914). Algumas reflexões sobre a psicologia escolar. In:_____. Totem e tabu e outros trabalhos. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 13, Rio de Janeiro, Imago: 1969.

MAESSO, M. C. A Razão do Diagnóstico em Torno do Ideal Científico e a Ruptura Ética da Psicanálise. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 433-439, jul./set. 2014.

PALHARES, O.; BASTOS, M. B. Duas notas sobre a formação de professores na perspectiva psicanalítica. **Estilos da clínica**, São Paulo, v. 22, n.2, p. 246-267, ago. 2017.

PIMENTA, S. G; GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. (Orgs.). Pesquisa em Educação: **Alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: Loyola, 2015.

VOLTOLINI, R. **Psicanálise e Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (Passo-a-passo, 93).